ISSN: 2358-8829

HORTAS ESCOLARES: A REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS VERDES COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Joelson Lopes de Araujo Junior[1]
Lídia Cristina de Oliveira[2]

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental consolida-se como dimensão essencial para a formação cidadã, propondo a reconstrução dos laços entre os seres humanos e a natureza. Contudo, o ensino tradicional de Ciências da Natureza na Educação Básica frequentemente reproduz um modelo fragmentado, abstrato e centrado em aulas meramente expositivas e desvinculado das realidades territoriais dos estudantes.

No ensino de Biologia, essa abordagem descontextualizada manifesta-se recorrentemente na chamada cegueira botânica, fenômeno caracterizado pela incapacidade dos discentes de reconhecerem a relevância vital, a diversidade e a presença do reino vegetal em seu cotidiano. Diante dessa limitação, emerge a necessidade de incorporar espaços não formais de aprendizagem no ambiente escolar, capazes de dinamizar a práxis pedagógica e aproximar os conteúdos científicos de vivências empíricas, sensoriais e significativas.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo geral analisar a produção científica brasileira sobre o uso de hortas e a revitalização de áreas verdes como estratégias pedagógicas para a Educação Ambiental na Educação Básica. Busca-se compreender de que modo essas práticas articulam o ensino de Ciências, a recuperação do espaço físico escolar e a superação dos gargalos operacionais enfrentados pelos professores no chão da escola.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura narrativa, visando aproximar os estuantes aos temas de sustentabilidade e conservação. Os artigos foram selecionados nas bases: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de

[1] Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Instituto Federal - PI, catce.2026111lbio0004@aluno.ifpi.edu.br
[2] Professor orientador: Mestra, Insituto Federal do Piauí – Teresina Central, lidia.cristina@ifpi.edu.br

Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico e repositórios institucionais. A partir dos seguintes descritores combinados entre si: “hortas escolares”, “educação ambiental”, “revitalização de áreas verdes”, “espaços não formais de ensino”. Os critérios de seleção foram: publicações entre anos de 2021 e 2025, trabalhos que abordassem a implementação de hortas ou jardins escolares sob uma dimensão pedagógica-prática.

A base documental final resultou em doze artigos científicos, organizados em fichas analíticas. Para realizar a análise do material empírico, empregou-se a técnica de análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016), especificamente a análise por núcleos temáticos recorrentes e à definição de categorias interpretativa.

Com o resultado da análise emergiram três Núcleos Temáticos: áreas verdes como laboratório vivo interdisciplinar no ensino de ciências, revitalização de espaços e conscientização socioambiental, docência e desafios da educação ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Áreas verdes como laboratório vivo interdisciplinar no ensino de ciências

Santos et al. (2023) observam que a horta escolar atua como um laboratório vivo complexo, capaz de superar o modelo tradicional e fragmentado do ensino de Ciências. Os autores destacam que a produção de conhecimento no espaço agrícola escolar ultrapassa as barreiras do ensino de biologia como uma disciplina isolada, promovendo uma articulação interdisciplinar com geografia, matemática, história, artes e língua portuguesa. Além disso, sustentam que a introdução de sementes crioulas e de plantas alimentícias não convencionais agrega uma dimensão de conservação ao ensino, conectando a alfabetização científica ao resgate da ancestralidade e da biodiversidade local.

Esse panorama é convergente com as evidências apresentadas por Silva et al. (2023) ao apontar que a implantação de canteiros agroecológicos na Educação Básica rompe com a compartimentalização curricular. Os autores atestam que a horta funciona como um espaço experimental e didático no qual os conteúdos do ensino formal são integrados aos saberes empíricos trazidos pelos próprios discentes. O estudo demonstra que esse diálogo entre a ciência e a realidade sociocultural do campo fortalece o ensino contextualizado de conteúdos como ciclos hídricos e manejo do solo, promovendo a sustentabilidade em regiões vulneráveis.

ISSN: 2358-8829

Essas reflexões são aprofundadas por Macanha, Moreira e Chedier (2024), que evidenciam que a transição da sala de aula para a vivência prática na horta é determinante para combater a cegueira botânica. Além disso observam que o manuseio das plantas desloca a percepção inicial dos estudantes, em direção a um entendimento ecossistêmico crítico sobre a conservação da biodiversidade e o consumo sustentável.

Essa compreensão é reforçada por Oliveira et al. (2023), ao realizarem um projeto de ensino voltado à revitalização do jardim da escola como um ambiente de aprendizagem aplicada, no qual os estudantes executaram etapas de mapeamento, registro fotográfico e preenchimento de fichas de campo para a catalogação taxonômica das espécies vegetais do campus. Dessa forma demonstram que essa atividade de campo os discentes vivenciaram a sistemática e a morfologia vegetal na prática, aprimorando seu vocabulário científico e promovendo o cuidado coletivo do ambiente escolar.

Os textos analisados indicam que o uso das áreas verdes como laboratórios vivos no ensino de Ciências proporciona a superação do ensino meramente expositivo, passivo. A convergência entre esses estudos ratifica que o aprendizado prático e sensorial reconfigura a relação dos estudantes com o conhecimento científico.

Revitalização de espaços e conscientização socioambiental

Barros, Righi e Bulhões (2023) observam que a conversão de espaços escolares em hortas e canteiros atua diretamente no combate à insegurança alimentar de comunidades periféricas. Observam também que a instalação de composteiras para os resíduos orgânicos da cozinha escolar, promove a construção de uma cultura ambiental sustentável. O estudo evidencia que a inserção dos produtos colhidos na alimentação escolar transforma os hábitos nutricionais, minimizando o consumo de ultraprocessados.

Em paralelo, Silva, Paixão e Rocha Filho (2023) advertem que a readequação de áreas externas degradadas ou sem uso nas unidades escolares deve ser conduzida a partir do trabalho colaborativo e do reuso de materiais. No estudo eles demonstram que a vivência prática no cultivo orgânico estimulou mudanças significativas nas atitudes cotidianas dos estudantes, tais como o descarte seletivo do lixo, a preservação do pátio e a difusão de valores de sustentabilidade para o núcleo familiar.

Essas reflexões são aprofundadas por Oliveira et al. (2023), ao demonstrarem que a revitalização de corredores descobertos para a criação de um jardim sustentável e um pomar proporcionou às crianças vivências sensoriais e afetivas fundamentais na primeira

infância. O trabalho ressalta que o engajamento de pais e funcionários fortaleceu o sentimento de pertencimento e o zelo comunitário pelo patrimônio escolar.

Ideia que é reforçada por Sena e Pinho (2022), em sua revisão narrativa da literatura nacional, ao constatarem que a transformação de espaços ociosos em ambientes floridos e produtivos é um dos resultados mais expressivos relatados pelas pesquisas brasileiras. As autoras apontam que a integração entre a conscientização ambiental gera um ambiente descontraído e motivador para o aprendizado. A análise evidencia que, nas escolas, o contato com a horta proporciona um espaço de cooperação social.

Em convergência, os textos analisados indicam que a revitalização vai além da mera estética paisagística, consolidando um processo pedagógico de reconstrução dos laços entre a comunidade escolar e o meio ambiente. A articulação das pesquisas confirma que a revitalização participativa desperta a responsabilidade coletiva, combate ao desperdício e promove a segurança alimentar e a cidadania socioambiental.

Docência e desafios da educação ambiental

Souza et al. (2024) observam que, embora a maioria dos projetos de hortas escolares pedagógicas traga impactos positivos no aprendizado e na alimentação, as iniciativas brasileiras enfrentam severos obstáculos operacionais que comprometem sua continuidade. Ao analisarem o levantamento nacional com 438 projetos, os autores apontam que a escassez de recursos financeiros afeta 69,9% dos projetos, enquanto a ausência de conhecimento técnico (54,3%) e de recursos humanos (46,3%) representam desafios centrais. O estudo evidencia que mais da metade das experiências (54,8%) depende de auxílio externo e que 65,8% não contam com parcerias institucionais nem recebem assistência técnica continuada, resultando em um tempo médio de duração de apenas 2,3 anos para os projetos finalizados.

Em concordância, Marques, Mazzarino e Damasceno (2022) advertem para a necessidade de reestruturar os processos de formação inicial e continuada de professores de Ciências da Natureza em Educação Ambiental, as autoras constatam que a atuação docente nas escolas ainda ocorre frequentemente de forma isolada, pontual e fragmentada, restrita a projetos de valor secundário. O trabalho evidencia que a consolidação da horta como laboratório vivo exige a promoção de um trabalho colaborativo entre a universidade e a Educação Básica.

ISSN: 2358-8829

Sob essa ótica Santos e Silva (2024), revelam a predominância de um viés conservacionista nas práticas escolares, centrado em aspectos exclusivamente biológicos, ecológicos ou de mudanças comportamentais individuais ("plantar, colher e economizar recursos"). Os autores denunciam que a maioria dos trabalhos desenvolve atividades isoladas que deixam de problematizar as causas estruturais da crise ambiental contemporânea, tais como a lógica destrutiva do modo de produção capitalista e os impactos do agronegócio e do uso intensivo de agrotóxicos na nutrição e na saúde.

Essa compreensão é reforçada por Schú et al. (2021), ao investigarem os potenciais pedagógicos da horta escolar sob a perspectiva da Ecologia Profunda, identificaram que a expressiva maioria dos artigos analisados aborda a horta escolar voltada unicamente à melhoria nutricional. Ademais defendem que é preciso superar a fragmentação do ensino, utilizando a horta escolar como instrumento pedagógico, capaz de despertar nos discentes o reconhecimento do valor intrínseco da natureza.

Em última análise, as pesquisas confirmam que a sustentabilidade dos projetos de hortas escolares requer superações que vão desde a garantia de verbas, formação continuada e assistência técnica, promovendo uma Educação Ambiental Crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que o uso pedagógico das áreas externas e hortas escolares transcende o ensino técnico, consolidando-se como uma prática emancipatória que supera a "cegueira botânica" ao unir conhecimentos científicos, saberes tradicionais e educação ambiental. No âmbito socioambiental, a iniciativa transforma espaços escolares degradados, promove a sustentabilidade e a segurança alimentar, além de fortalecer o senso de comunidade e pertencimento. Para garantir a continuidade desses "laboratórios vivos" na formação de cidadãos éticos e comprometidos com a justiça socioambiental, o texto reforça a necessidade de maior apoio institucional, formação docente continuada e parcerias sólidas entre universidades e escolas de educação básica.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Ensino de Ciências; Hortas Escolares; Espaços não formais; Revitalização.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, P. C. O. G.; RIGHI, E.; BULHÕES, F. M. Hortas escolares sustentáveis: um estudo de caso no município de Alvorada (RS). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, V. 18, N. 5, P. 81–100, 2023.

MACANHA, F. L.; MOREIRA, B.; MOREIRA CHEDIER, L. Hortas escolares como ferramenta de Educação Ambiental. **Lynx**, V. 4, P. 1–14, 2024.

MARQUES, M. C. P.; MAZZARINO, J. M.; DAMASCENO, M. M. S. Formação de professores em Educação Ambiental a partir das hortas escolares. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, V. 17, N. 6, P. 115–133, 2022.

OLIVEIRA, F. A. G. M.; OLIVEIRA, L. F.; MELLO, D. L. L.; FERRI, B. B.; MAIOLI, S. A.; BARBADO, N. Revitalização sustentável: construção de um jardim como ferramenta de educação ambiental no ensino infantil. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, V.8, N. 1, P. 1-15, 2023.

OLIVEIRA, L. B. O.; BARBOSA, L. F. C.; BASTOS, L. M.; SILVA, M. L. G. Revitalização do Jardim do IFMA, Campus Presidente Dutra como Estratégia Pedagógica e Sensibilização Ambiental. **Coletânea Cadernos de Ensino**, V. 1 P. 11-20, 2023.

SANTOS, A. L. A.; SILVA, J. B. Práticas educativas de Educação Ambiental: o que revelam as atividades educativas com uso de hortas escolares no Brasil? **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, V. 19, N. 2, P. 149–162, 2024.

SANTOS, L. S.; HAIDAR, A. S.; PEDROSO, N. A.; CAVAGNARI, M. C. D.; ANTIQUEIRA, L. M. O. R. A horta escolar como subsídio para Educação Ambiental no contexto de ensino, pesquisa e extensão. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, V. 18, N. 4, P. 189–200, 2023.

SCHÚ, A.; PETRY, C.; DOURADO, I. P.; MEDEIROS, J. F.; MARTINEZ, J. Educação e Ecologia Profunda: reflexões sobre os potenciais pedagógicos da horta escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, V. 16, N. 3, P. 79–100, 2021.

SILVA, L. R. C.; PAIXÃO, R. V.; ROCHA FILHO, J. B. Horta escolar como preceito à educação ambiental: estudo de caso em uma escola pública de ensino fundamental em Soledade-RS. **Extensão em Foco (ISSN: 2317-9791)**, V. 11, N. 2, P. 1–19, 2023.

SILVA, M. R. F.; FARIAS, C. A.; DUTRA, M. C. F. S. G.; SOARES, M. Y. T. Hortas escolares e interdisciplinaridade nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **REMATEC, Belém**, V. 18, N. 45, P. e2023010, 2023.

SENA, R. A.; PINHO, M. J. S. O uso de hortas no contexto escolar: uma revisão narrativa. **Latin American Journal of Studies in Culture and Society**, v. 8, n. 3, set.-dez., 2022.

SOUZA, V. M. G.; SILVA, R. F.; MAGALHÃES, E. S.; FUSCALDI, K. C. Hortas escolares pedagógicas: caracterização dos projetos brasileiros. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, V. 41, P. e27363, 22 nov. 2024.